



Prof. Juliano Marques **AS REVOLUÇÕES INGLESA** **(1640-1689)**

A REVOLUÇÃO GLORIOSA E O FIM DO ABSOLUTISMO NA INGLATERRA: ANTECEDENTES

No final do século XVI, os interesses da monarquia dos Tudor caminhavam juntos com os interesses da nascente burguesia da cidade e do campo: na luta contra a Espanha, contra a Igreja Católica, contra as casas nobres rivais que disputavam com a casa dos Tudor o controle supremo e arruinavam o país com as suas guerras privadas. Daí a colaboração entre a monarquia, pequena nobreza e a burguesia. Os interesses dos grandes mercadores ingleses estavam, pois, coincidindo com os do governo. O rápido crescimento dos negócios assegurava a grande burguesia uma situação cômoda, ao mesmo tempo que se fortalecia o poder da coroa. O Parlamento inglês, no qual estavam representadas as classes dominantes, interagia perfeitamente com a dinastia dos Tudor. Isso pelo menos até o reinado de Elizabeth I.

O reinado de Elizabeth I havia sido notável, mas com sua morte, o trono inglês ficou com Jaime I, da dinastia dos Stuart, pois a rainha não deixou herdeiros. Jaime I era reconhecido pela sua dedicação aos estudos e pela incapacidade política. Seu rival, o rei da França, chegou a dizer ironicamente: “Trata-se do imbecil mais sábio de toda a cristandade”. Jaime I era seguidor da doutrina absolutista francesa e, portanto, entrou em choque com o Parlamento, rompendo a relação amistosa com parte das classes proprietárias. Isso ficou claro na crise ocorrida em 1614: o monarca havia aumentado os impostos sem consultar o Parlamento. O Parlamento protestou e Jaime I dissolveu-o, fechando-o por sete anos.

Se por um lado a monarquia dos Stuart se fortalecia com a política mercantilista, por outro também lhe trouxe problemas: a burguesia manufatureira não participava diretamente e ficava

privada de qualquer atuação no governo, sentindo-se prejudicada. Além disso, o absolutismo dos Stuart tinha uma grande falha estrutural: não possuía um exército permanente, como o da França.

No século XVII, a religião era elemento fundamental de expressão política em toda a Europa, principalmente na Inglaterra. Os conflitos expressos pelas lutas religiosas eram sempre os mais importantes, e na Inglaterra, cuja religião oficial era o anglicanismo, as outras correntes religiosas (calvinista e católica) eram perseguidas pelo Estado Absolutista.

É interessante ressaltar que durante a dinastia dos Tudor, o Parlamento inglês tinha apoiado Henrique VII, Henrique VIII e Elizabeth I, nos seus esforços para policiarem o país contra a anarquia e o banditismo praticado por súditos todo-poderosos, por potentados feudais possuidores de exércitos privados, e a Inglaterra tinha alcançado a segurança necessária para o mercantilismo. O Parlamento apoiara igualmente Henrique VIII e Elizabeth I na sua luta vitoriosa contra a Igreja Católica: o dinheiro já não ia da Inglaterra para Roma, a política britânica deixara de ser imposta pelos interesses de um poder estrangeiro. Finalmente, o Parlamento encorajara a Rainha Elizabeth I na sua resistência ao aliado político do Papado, o Império Espanhol.

No princípio do século XVI, a monarquia utilizara a burguesia como um aliado contra os seus rivais mais poderosos - as outras grandes casas feudais, enfraquecidas pela Guerra das Rosas, e a Igreja. A aliança entre a Coroa e Parlamento tinha sido genuíno no princípio do século XVI. Os novos homens prosperavam sob a proteção do trono; a monarquia defendia-os da reação ou da revolta dos camponeses. Sob os Tudor, o Parlamento raramente se reunia, aprovando normalmente a política real.

Mas na última década do século XVI, quando todos os inimigos internos e externos tinham sido esmagados, a burguesia deixou de depender da proteção da monarquia; ao mesmo tempo a Coroa tornou-se progressivamente consciente do perigo que a crescente riqueza da burguesia significava.

Em resumo, os Tudor foram apoiados por classes politicamente eficazes porque estas tiraram

enorme proveito do domínio Tudor. Porque perderam os Stuart, Jaime I e Carlos I, este apoio? Não foi apenas porque Jaime I, que sucedeu a Elizabeth I em 1603, era um homem particularmente estúpido, um escocês que não compreendia a Inglaterra, se bem que alguns historiadores tenham usado estes argumentos muito a sério. Mas basta ler o que Jaime I e Carlos I e os seus defensores escreveram e disseram, ou analisar o que fizeram, para compreender que, longe de serem simplesmente estúpidos, eram, quer homens capazes que tentavam impor uma política viciada, quer homens cujas idéias estavam desesperadamente ultrapassadas, sendo por isso reacionárias. As causas da guerra civil devem ser procuradas na sociedade, não nos indivíduos.

O ponto crucial do problema para se compreender o processo que levou à eclosão das revoluções inglesas era a situação financeira, que provocara conflitos já no final do reinado de Elizabeth I. Os preços subiam, a prosperidade da burguesia aumentava rapidamente, e, contudo, os rendimentos da Coroa, bem como da maior parte dos proprietários de terras, mantinham-se estacionários e inadequados às novas necessidades.

AS CONTRADIÇÕES SOCIAIS

Os monarcas absolutistas ingleses tinham o apoio das classes superiores (grandes senhores feudais e o alto clero da Igreja Anglicana) e de uma parte da alta burguesia, que se beneficiava por ter obtido privilégios para certos tipos de comércio e manufaturas.

Em 1640, a Inglaterra era ainda dominada pelos senhores das terras e as relações de produção eram em parte feudais, mas existia um vasto setor capitalista em expansão, cujo desenvolvimento a Coroa e os senhores feudais não poderiam continuar a refrear.

Por sua vez, uma grande parcela da burguesia desejava o fim dos monopólios mercantilistas. Esse setor da burguesia queria prosperar, mas esbarrava nos regulamentos e privilégios concedidos pelo Estado a uma minoria de negociantes. Muitos dos burgueses insatisfeitos tinham manufaturas domésticas no campo. Deixavam os instrumentos de produção nas casas dos trabalhadores, geralmente aldeias rurais, forneciam

a matéria-prima e depois iam buscar o produto acabado. E é claro, não pagavam bem por isso.

Os nobres estavam divididos. Os do Norte e os do Oeste eram proprietários feudais tradicionais. Os do Sul tinham se beneficiado dos cercamentos (expulsão dos camponeses para criar carneiros). Forneciam lã para os donos das manufaturas. Quando a burguesia prosperava, eles também eram beneficiados. De certa forma, estes nobres aburguesaram-se. Esses nobres aburguesados formavam parte da chamada gentry, o que para alguns historiadores eram quase uma espécie de capitalistas agrários por causa dos métodos novos de dirigir as propriedades, que visavam ampliar a produtividade. Seriam uma grande força revolucionária.

Existia, ainda, um grupo de camponeses chamados yeomen. Havia vários tipos de yeomen, mas todos tinham em comum o fato de se uma espécie de classe média rural. Nada a ver com a classe média atual, no capitalismo do século XXI (cuidado com os anacronismos, ou seja, analisar uma sociedade passada com os olhos e os princípios dos dias de hoje: cada época tem suas próprias especificidades culturais. É sempre arriscado analisar o passado pelos nossos valores culturais atuais). Os yeomen estavam numa situação melhor do que a dos camponeses pobres. Geralmente utilizavam pedaços de terra e pagavam uma renda ao grande proprietário. Ou então eram pequenos proprietários. Os yeomen queriam uma nova situação social, que lhes garantisse a propriedade da terra e a expansão de seus negócios. Isso só poderia acontecer se os nobres tradicionais perdessem a proteção do rei.

Grande parte do povo inglês, no século XVII, era composta por camponeses pobres, que trabalhavam nas terras dos grandes proprietários e estavam sujeitos a uma longa jornada de trabalho com baixa remuneração.

OS GRUPOS RELIGIOSOS, SUAS POSIÇÕES POLÍTICAS E OS CONFLITOS COM O PARLAMENTO.

O anglicanismo, como religião oficial, funcionava como uma agência de propaganda, esperando com isso garantir a ordem política e a manutenção dos privilégios da nobreza cortezã e outros parasitas do governo. A Igreja Angli-

cana, neste sentido, defendia a ordem vigente, e era importante que o Governo mantivesse o seu controle sobre esta agência de publicidade e propaganda. Pela mesma razão, aqueles que pretendiam derrubar o estado feudal tinham de atacar e de obter o controle da Igreja. É por isso que as teorias políticas tendiam a ser envolvidas numa linguagem religiosa.

Embora existissem católicos na Inglaterra, seu papel político e social era cada vez menor.

Setores das camadas populares e a pequena burguesia inglesa eram na maioria calvinistas (presbiterianos) e formavam o grupo mais numeroso. O espírito capitalista da religião calvinista se afinava com os anseios da burguesia. A monarquia absoluta inglesa se opunha aos calvinistas porque suas pregações ameaçavam a ordem real. Havia, portanto, um clima tenso na Inglaterra dessa época.

A corrente mais radical do calvinismo eram os puritanos: repudiavam o anglicanismo e concentravam grande ódio à hierarquia clerical. Os bispos e arcebispos nomeados pelo rei eram chamados de “lobos devoradores” pelos puritanos.

Os puritanos eram muito austeros e comedidos. Valorizavam a poupança individual, como uma forma de alcançar as graças divinas, o que lhe valeu numerosos adeptos entre a pequena burguesia, que precisava poupar para desenvolver seus pequenos negócios.

O Parlamento inglês começou a ter uma grande representação de grupos calvinistas moderados calvinistas, fato muito importante para os acontecimentos revolucionários que se seguiram. Em 1625, Jaime I morreu, sendo sucedido por seu filho, Carlos I. Este iniciou o governo com medidas autoritárias: tentou organizar um exército profissional permanente e entrou em guerra contra a França, ao lado dos rebeldes protestantes franceses, que lutavam contra Richelieu. O resultado dessa guerra não foi favorável a Carlos I, o que provocou uma série de atritos entre o monarca e o Parlamento, que culminaram com duas dissoluções desse órgão, em 1625 e 1626. O monarca começou a perseguição aos puritanos, seguindo a política absolutista anglicana.

Em 1628, Carlos I convocou um novo Parlamento para pedir aumento de impostos, a fim de

cobrir os gastos com seu exército. O Parlamento concordou desde que o rei assinasse a Petição de Direitos (Bill of Rights), que limitava as prerrogativas absolutistas. Entretanto, nos onze anos seguintes, o Parlamento não foi convocado para aprovar novos impostos que o rei impunha ao povo. Ao mesmo tempo, o governo aumentava a perseguição aos puritanos, provocando a emigração de grande parte deles para América do Norte.

A tentativa de submeter o povo escocês ao anglicanismo oficial foi o estopim para a guerra civil que explodiu no agitado século XVII.

O COMEÇO DA REBELIÃO

Em 1637, o monarca inglês substituiu o culto presbiteriano dos escoceses pela liturgia oficial anglicana. Em poucos dias, toda a Escócia se levantou em protesto contra a Inglaterra, invadindo sua região norte. Para reforçar o seu exército, no início de 1640, Carlos I teve de convocar o Parlamento. Os deputados da Câmara dos Comuns opunham-se ao absolutismo desmedido do monarca, que, vendo sua autoridade questionada, dissolveu o parlamento. Por sua curta duração, ficou conhecido como Short Parliament (Curto Parlamento).

A ameaça escocesa continuava e, em novembro de 1640, Carlos I teve de convocar, novamente, o Parlamento. Valendo-se da situação de urgência, esse novo Parlamento tornou-se uma tribuna de debates políticos: os deputados calvinistas e absolutistas exigiram a execução de dois ministros acusados de traição. A Petição de Direitos foi reafirmada, impedindo o monarca de dissolver o Parlamento sem prévio consentimento de seus membros. Mesmo assim o rei Carlo I decretou a dissolução do Parlamento, o que não foi acatado pelos deputados que mantiveram reunidos. O rei, então, invadiu, com seus soldados, a Câmara dos Comuns para prender seus membros. Toda a população de Londres armou-se contra o monarca, que teve de fugir da cidade, em 1642.

A REVOLUÇÃO PURITANA: DA REBELIÃO À GUERRA CIVIL.

Uma guerra civil não é uma guerra da qual só participam civis. Normalmente, uma guerra é de um país contra outro. Em nome da pátria, seres humanos trucidam seus semelhantes. Quando a

guerra é entre os próprios habitantes do país, digamos que trata de uma guerra civil.

É verdade que a Revolução Inglesa de 1640, tal como a Revolução Francesa de 1789, foi uma luta pelo poder político, econômico e religioso, empreendida pela classe média, a burguesia que crescia em riqueza e força à medida que o capitalismo se desenvolvia. Mas não é verdade que, ao opor-se à ela o governo real tivesse em vista os interesses do povo em geral: pelo contrário, os partidos populares provaram ser os opositores mais combativos do Rei, de longe mais vigorosos, impiedosos e radicais do que a própria burguesia. A Revolução Puritana era uma luta tão religiosa quanto política.

Na medida em que o poder Estado era fraco e descentralizado, a Igreja, com o seu pároco em cada paróquia - a quem era franqueado o acesso a todos os lares - podia dizer às pessoas no que deviam acreditar e como se comportarem; e por detrás das ameaças e das censuras da Igreja, estavam todos os terrores do fogo do inferno. Nestas circunstâncias, os conflitos sociais tornaram-se, inevitavelmente religiosos.

Aparentemente, a guerra civil era um conflito religioso, mas existe um conteúdo social por detrás do que, aparentemente, são idéias puramente teológicas. Um lado era composto pelos anglicanos, outro por puritanos e presbiterianos, ou seja, calvinistas. Acontece que devemos nos lembrar das origens sociais dessas reformas religiosas. A Igreja Anglicana nasceu associada ao reforço do Estado Absolutista. O calvinismo brotou do avanço dos valores burgueses (capitalistas). A guerra anglicanos X puritanos + presbiterianos era a guerra rei X parlamento, ou seja, a guerra de classes senhores feudais X burguesia + gentry + trabalhadores.

A guerra civil inglesa, de 1642 a 1649, dividiu o país. De um lado ficaram os exércitos fiéis ao rei absolutista, apoiados pelos senhores feudais e pela alta nobreza. Eram os cavaleiros. Do outro, os Cabeças-Redondas, tropas ligadas à gentry e à burguesia, ou seja, forças que apoiavam o Parlamento e liderados por Oliver Cromwell, puritano originário da pequena nobreza. Para esse exército, a guerra civil era uma verdadeira guerra santa, impregnada de religiosidade e ódio aos poderosos da alta nobreza ligados ao anglicanismo. É

interessante destacar que os Cabeças-Redondas tinham o apoio dos camponeses e os artesãos.

Simultaneamente a essa luta, o rei teve problemas com a Irlanda católica, que se rebelou, colocando-o numa posição cada vez mais difícil. Entre 1645 e 1646, o Parlamento puritano obteve uma vitória definitiva contra o rei na batalha de Naseby.

Carlos I refugiou-se na Escócia, mas os escoceses entregaram-no ao Parlamento inglês. Após um longo debate sobre o destino do rei e o governo da Inglaterra, Cromwell por um golpe de Estado expurgou o Parlamento de seus elementos mais moderados. O novo Parlamento, com maioria puritana, condenou, por 68 votos contra 67, à morte o monarca, o que ocorreu no Palácio de Whitehall a 30 de janeiro de 1649. Com a morte de Carlos I, foi estabelecida uma república na Inglaterra - a única em toda a sua história - sob a liderança de Oliver Cromwell.

Venciam os puritanos. Os donos de oficinas artesanais, pequenos e médios proprietários, lojistas e comerciantes. Vencia a burguesia que estava se formando como classe.

Eles poderiam agora cuidar de seus negócios e também de sua religião que consideravam um assunto pessoal e não um assunto no qual a Igreja Anglicana do Estado Absolutista queria estabelecer regras de comportamento.

UMA REPÚBLICA NA INGLATERRA

Cromwell governou como um verdadeiro senhor absoluto. Em pouco tempo, Cromwell estabeleceu um governo autoritário que reprimia os opositores: esmagou com mão de ferro as rebeliões que enfrentou em seu governo: a dos católicos da Irlanda e a dos separatistas escoceses.

As classes mais baixas que participaram da Guerra Civil, que não ganharam nada em troca, também sofreram com o autoritarismo de Cromwell, com quem tinham lutado contra a monarquia absolutista. A burguesia não via com bons olhos a organização dessas classes menos favorecidas que passaram a organizar rebeliões. Estas classes formaram os Levellers (niveladores), e eram compostas em grande parte por soldados e pequenos produtores. Exigiam reformas mais radicais tais como: a proteção à pequena propriedade, o direito de voto para todos os ho-

mens, o comércio livre para os pequenos produtores, desejavam o comércio livre, fim dos dízi-mos pagos à Igreja Anglicana, que deveria ser separada do Estado, baixo custo da justiça, fim dos cercamentos. Mas existia um grupo mais radical ainda. Trata-se dos diggers (escavadores) que propunham que as terras dos nobres fossem confiscadas e distribuídas para as famílias camponesas. Seria o mundo de ponta-cabeça, como bem afirmou o historiador Christopher Hill, uma das maiores autoridades em Revolução Inglesa. E isso punha em risco o domínio dos mais ricos. Cromwell foi implacável com estes setores.

Administrativamente, Cromwell dividiu a Inglaterra em 12 províncias, entregando o governo de cada uma delas a um militar; promoveu uma campanha nacionalista, declarando-se, em 1651, Lorde Protetor da Comunidade Britânica; proibiu os bailes e coibiu costumes considerados mundanos.

Seu ato considerado um dos mais importantes daquele período da história da Inglaterra foi o estabelecimento dos Atos de Navegação, que, com seu caráter nacionalista e mercantilista, permitiu à Inglaterra o estupendo desenvolvimento de seu poderio naval, uma vez que estimulava a formação de frotas mercantes. Por esses atos, todo o transporte de mercadorias para a Inglaterra só poderiam ser feito por navios ingleses ou pelos países de origem da mercadoria.

Os holandeses, que obtinham grandes lucros com o comércio marítimo na Inglaterra reagiram prontamente. A Holanda e a Inglaterra entraram em guerra. Em 1654, com a vitória dos ingleses, consolidou-se a posição de Cromwell e da Inglaterra. O período compreendido entre 1653 e 1658, marcou o auge do domínio pessoal de Oliver Cromwell sobre a Inglaterra, e ficou conhecido como Ditadura Puritana.

Mas os ingleses estavam cansados com os longos anos de ditadura. Quando Cromwell morreu, em 03 de setembro de 1658, seu filho Ricardo foi indicado como sucessor, demitindo-se do cargo logo a seguir. Cromwell foi importante para a burguesia porque garantiu o fim do absolutismo na Inglaterra e a supremacia da burguesia enquanto classe econômica e politicamente dominante, mas não conseguiu criar um Estado politicamente estável. O cargo passou a ser dis-

putado pelos generais de Cromwell. Monk, um deles, encontrou uma saída para a crise política, que foi apoiada por todo o país: em 1660, Carlos II, filho do rei decapitado por ordem de Oliver Cromwell, assumiu o trono inglês.

A RESTAURAÇÃO DA MONARQUIA DOS STUART: CARLOS II E JAIME II

É claro que não se tratava de uma volta ao passado. Mesmo que Carlos II (1660-1685) fosse adepto do absolutismo ele não iria impor a sua vontade, como tivera feito o seu pai, Carlos I. Mas suas atitudes eram recebidas com desconfiança pelo Parlamento e pela população. As relações amistosas com Luís XIV, rei da França, aumentavam ainda a desconfiança. O Parlamento pressionava cada vez mais o rei, aprovando novos impostos sempre em troca de maior autonomia. Além disso, Carlos II era simpático ao catolicismo, e seu irmão, futuro rei, já havia publicamente se convertido a essa religião. Esse fato acirrava ainda mais as divergências entre o Parlamento e o monarca. Foi em 1679, portanto em pleno governo de Carlos II, que o parlamento inglês aprovou uma das leis mais importantes da história da Humanidade: o habeas-corpus. Esta lei protege o cidadão contra as arbitrariedades do Estado: ninguém pode ser preso se não desrespeitar a lei. Portanto, o governo não tem permissão para perseguir os opositores políticos. Os governantes também devem se submeter à lei. O direito do habeas-corpus é tão importante que está incorporado em todas as constituições consideradas democráticas no mundo atual, incluindo a do Brasil, promulgada em 1988.

Mas, na verdade, Carlos II não estava nada satisfeito em estar submetido ao Parlamento e articulava a volta do absolutismo. Com a morte de Carlos II e a ascensão de seu irmão, Jaime II, os problemas continuaram, já que este rei era católico, apesar da maioria da população inglesa ser protestante. Mais ainda, Jaime II fez de tudo para restaurar o domínio católico na Inglaterra, ou seja, ele queria que o seu país voltasse para a área de influência do Papa, o que não agradava a burguesia, nem a maioria da população. Jaime II tinha o apoio de Luís XIV, rei da França e do Papa. A burguesia inglesa temia uma rebelião armada, como aquela que conhecera anteriormente. Esperava-se que o rei morresse e deixasse o

trono para uma de suas filhas protestantes. Mas o rei teve um filho homem, o que garantia a sucessão católica ao trono inglês.

A REVOLUÇÃO GLORIOSA

Temerosa do Absolutismo de Jaime II e da rebelião popular, a burguesia inglesa entrou em acordo com Guilherme de Orange, príncipe da Holanda, casado com a filha protestante de Jaime II, Maria Stuart. O plano consistia em destituir Jaime II, substituindo-o por Guilherme.

Guilherme de Orange desembarcou na Inglaterra com seu exército, em 1688. Jaime II tentou resistir, mas os soldados passaram para o lado de Guilherme. Ao velho rei absolutista só restou fugir para a França para não ter a sua cabeça decapada como acontecera com seu pai, Carlos I.

Guilherme de Orange e sua mulher foram reconhecidos como soberanos da Inglaterra pelo Parlamento, que, temendo um novo absolutismo, promulgou um segundo Bill of Rights, em 1689. A partir daí, passou a prevalecer na Inglaterra o princípio de que o “rei reina, mas não governa”. O governo ficava sob a autoridade do Parlamento, que, a cada ano, limitava ainda mais o poder real. Esse movimento ficou conhecido como Revolução Gloriosa.

A Revolução Gloriosa foi inspirada nas teorias políticas de John Locke (1632-1704), o grande teórico do liberalismo político. O liberalismo político é uma ideologia ou corrente do pensamento político que defende a maximização da liberdade individual mediante o exercício dos direitos e da lei. O liberalismo defende uma sociedade caracterizada pela livre iniciativa integrada num contexto definido. Tal contexto geralmente inclui um sistema de governo democrático, o primado da lei, a liberdade de expressão e a livre concorrência econômica. O liberalismo rejeita diversos axiomas fundamentais que dominaram vários sistemas anteriores de governo político, tais como o direito divino dos reis, a hereditariedade e o sistema de religião oficial. Os princípios fundamentais do liberalismo incluem a transparência, os direitos individuais e civis, especialmente o direito à vida, à liberdade, à propriedade, um governo baseado no livre consentimento dos governados e estabelecido com base em eleições livres; igualdade da lei e de direitos

para todos os cidadãos.

O QUE SIGNIFICOU A REVOLUÇÃO GLORIOSA?

O fim do absolutismo na Inglaterra significou a vitória de um importante segmento da sociedade: a burguesia. Aos poucos, as restrições mercantis foram desaparecendo, atendendo assim ao grande anseio da burguesia manufatureira e industrial. Os valores da burguesia venceram. O novo Estado, da monarquia constitucional parlamentar, deixava de simplesmente sustentar os nobres e passava a dar todo o apoio aos negócios da burguesia. A antiga nobreza não tinha deixado de existir, mas agora dividia o poder com a burguesia, no parlamento. O capitalismo rural avançava rapidamente.

A vitória da burguesia também pôs fim, de acordo com Hill, ao uso da Igreja como um instrumento exclusivo e opressor do poder político. De acordo com Hill, em “A Revolução Inglesa de 1640”, “Podemos ser céticos e tolerantes em questões religiosas, não porque sejamos mais inteligentes e melhores, mas porque Cromwell, ao usar as catedrais [da Igreja Anglicana] como estábulos para os cavalos da cavalaria mais disciplinada e mais democrática que o mundo jamais vira [New Model Army], alcançou uma vitória que pôs definitivamente termo a que os homens fossem flagelados ou marcados com fogo por terem opiniões não ortodoxas sobre o serviço da Eucaristia” (HILL, Christopher. A Revolução Inglesa de 1640. 2ª Ed. Lisboa: editorial Presença, s/d. pp. 21)

As instauração de uma monarquia parlamentar inglesa e as idéias de John Locke inspiraram muita gente na Europa e nas Américas. Nas Treze Colônias, a luta pela independência seria inspirada pelos princípios liberais, assim como muito das idéias dos filósofos iluministas do século XVIII e a própria Revolução Francesa.

A instauração de um tipo de governo que precisava consultar o Parlamento, representante de setores importantes da sociedade, punha fim ao absolutismo dos reis da Inglaterra e sem dúvida deu condições para que a Inglaterra fosse o berço da Revolução Industrial. O capitalismo estava definitivamente implantado.



Prof. Juliano Marques

O ILUMINISMO

A CONSOLIDAÇÃO DA ORDEM BURGUESA E CAPITALISTA: O ILUMINISMO

As transformações em todos os níveis – econômico, político, social e cultural – que ocorreram no século XVII, principalmente no que se referia à economia das sociedades européias, exigiam correspondente alteração na forma de encarar o mundo. Para a sociedade européia havia a necessidade de uma nova filosofia adequada ao espírito do capitalismo. A este novo modo de pensar e de compreender o mundo e a sociedade, os historiadores deram o nome de Iluminismo, e deve ser compreendido e apreendido dentro do contexto de crise geral do Antigo Regime.

O que se verá, dos séculos XVII ao XIX é o questionamento e a derrubada desse Antigo Regime, baseado no Estado Centralizado e interventor da Idade Moderna. O processo de edificação de uma nova ordem é típico do século XVIII (transição do mundo moderno para o mundo contemporâneo) e comandado pela burguesia, que defende a conquista de seu espaço político, a afirmação do pensamento liberal e a consolidação do capitalismo, fundamentais para a constituição de uma ordem liberal burguesa e capitalista.

A Revolução Científica do século XVII, as bases filosóficas do pensamento liberal nos séculos XVII e XVIII, a Revolução Francesa do século XVIII e a Revolução Industrial, a partir do século XVIII, conduzem a burguesia ao poder político e, simultaneamente, reafirmando o seu poder econômico. O denominador comum é a tendência ao predomínio da visão racionalista do mundo, marca inconfundível da sociedade que se tornava cada vez mais burguesa.

O ILUMINISMO: DEFINIÇÃO CONCEITUAL

O termo Iluminismo indica um movimento de idéias (i-deologia) que tem suas origens no sécu-

lo XVII, mas que se desenvolve especialmente no século XVIII, denominado, por isso de “o século das luzes”.

O Iluminismo é uma filosofia militante de crítica da tradição cultural institucional; seu programa é a difusão do uso da razão para dirigir o progresso da vida em todos os aspectos. A filosofia Iluminista voltou-se para o estudo da natureza e da sociedade. O uso da razão era considerado indispensável à compreensão dos fenômenos naturais e sociais, e o alcance do estado de felicidade.

Segundo os Iluministas até a crença deveria ser racionalizada. Por isso eram deístas, ou seja, acreditavam que Deus está presente na natureza e, como o homem faz parte da natureza, Ele também se encontra presente no coração do próprio homem que pode descobri-lo através da razão e da felicidade. Assim, a instituição da Igreja torna-se dispensável, pois era criticada pela sua intolerância, ambição política e pela inutilidade das suas ordens monásticas.

Os Iluministas consideravam os homens bons e iguais perante a natureza e que a desigualdade existente entre eles era provocada pelos próprios homens, isto é, pela sociedade, pela civilização. Para corrigir essa desigualdade achavam que era preciso modificar a sociedade, dando a todos liberdade de expressão e de culto, e proteção contra a escravidão, a injustiça, a opressão e as guerras. Essa cultura devia muito às descobertas da Revolução Científica, ao método experimental de que foram pioneiros Galileu, Boyle e Isaac Newton, bem como - e o que é mais importante - à imagem científica do universo formada durante o século XVII.

O princípio organizador da sociedade deveria ser a busca da felicidade, cabendo ao governo garantir certos direitos naturais do homem: a liberdade individual assim como a livre posse de bens; a tolerância para a expressão de idéias; a igualdade perante a lei; uma justiça serena com base na punição dos delitos e das penas. A forma política ideal garantidora desses princípios variava segundo os pensadores. O modelo seria a monarquia inglesa, para Montesquieu e Voltaire; ou uma República fundada sobre a moralidade e a virtude cívica, para Rousseau.

Poder-se-ia afirmar que o Iluminismo expres-

sou, em última instância, a ascensão da burguesia e de sua ideologia.

A FILOSOFIA DAS LUZES

O avanço científico ocorrido no século XVII deu origem à idéia de progresso, de que as coisas mudam e evoluem. A instalação da monarquia constitucional parlamentar na Inglaterra mostrou que também a política e a sociedade podem mudar, e que suas instituições não são eternas nem estáticas.

Começava-se a acreditar que a miséria humana era fruto da ignorância, e que somente a razão (a inteligência, o raciocínio) poderia iluminar o pensamento e modificar as condições da vida humana. Essa nova versão de mundo fez surgir, em meados do século XVIII, um movimento filosófico chamado “Iluminismo”. Os filósofos iluministas questionaram o poder real, os privilégios da nobreza, a religião, a economia, a educação, a escravidão, o colonialismo etc., submetendo todas as questões à razão e à crítica.

O pensamento de John Locke e a Declaração de Direitos exerceram grande influência sobre os iluministas, inspirando-lhes uma concepção de política contrária ao absolutismo: o liberalismo, que defendia a liberdade do indivíduo. Na política o liberalismo significava a limitação do poder do governante por uma constituição e um parlamento. Na economia, era contrário às restrições mercantilistas (como os monopólios) e à intervenção do governo na vida econômica.

Os iluministas contestaram a sociedade estamental. Para eles, a desigualdade era provocada pelos próprios homens, e não por Deus (como afirmava a Igreja). Assim como existiam leis para regular os fenômenos da natureza, existiam também leis naturais para regular as relações entre os homens. Essas leis naturais seriam: igualdade, liberdade de expressão, tolerância religiosa e defesa da propriedade.

A maioria dos filósofos iluministas era francesa. Expuseram suas reflexões em banquetes e salões de nobres, em cafés, jornais, livros e cartas enviadas para pensadores e monarcas de outros países. De Paris, suas idéias se difundiram por toda a Europa.

Uma grande síntese do pensamento iluminista e do conhecimento humano da época encontra-se

na Enciclopédia, obra que teve como principal diretores D’Alembert e Diderot. Publicada entre 1751 e 1772, a Enciclopédia contou com a colaboração de quase sessenta pensadores, entre eles Montesquieu, Voltaire, Quesnay e Turgot.

UMA NOVA VISÃO DE SOCIEDADE

Como os pensadores da ilustração acreditavam que devia ser uma sociedade justa e racional? Em primeiro lugar, deveria existir igualdade jurídica, isto é, todos os homens deviam nascer iguais perante a lei. Assim, eles atacavam o Antigo Regime, que era uma sociedade estamental, ou seja, os nobres possuíam alguns privilégios, como o não-pagamento de impostos, as leis e os tribunais especiais, e a garantia de altos cargos no Estado.

Outra idéia importante era a liberdade. Todos os homens deveriam gozar de liberdades individuais fundamentais: liberdade de poder dizer e escrever o que quisessem, liberdade de possuir qualquer crença religiosa ou política. A idéia dos direitos fundamentais do homem foi criada pelos iluministas, que eram contra a escravidão, a servidão feudal e as torturas.

Os iluministas defendiam o princípio da tolerância, isto é, ninguém deveria ser punido por defender idéias políticas ou religiosas. Era isso que o filósofo Cândido Voltaire tinha em mente quando declarou: “posso não concordar com uma só palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte o vosso direito de dizê-las”.

Além dessas liberdades individuais, os iluministas defendiam um regime em que o rei estivesse submetido a uma Constituição e no qual houvesse a separação entre os três poderes (executivo, legislativo e judiciário), princípios básicos do liberalismo político. A influência das idéias do filósofo inglês John Locke eram muito fortes.

OS FILÓSOFOS ILUMINISTAS

O filósofo Voltaire (1694-1778) foi o grande defensor da liberdade de pensamento e da tolerância. Com seu estilo irônico e vibrante, criticou a monarquia absolutista de direito divino, a Igreja Católica, o clero, a intolerância religiosa e o fanatismo. Afirmava ser necessário uma monarquia respeitadora das liberdades individuais e governadas por um soberano esclarecido pela

filosofia das luzes.

O nobre Montesquieu (1689-1755) defendeu, na obra “O Espírito das Leis”, a idéia de que as nações devem ser governadas por leis e não pela vontade dos soberanos. Era a favor de uma monarquia constitucional na qual o governo estaria dividido em três poderes: o Legislativo (poder de fazer as leis), Executivo (poder de executar as leis) e o Judiciário (poder de julgar aqueles que transgridem as leis). Com isso, os abusos dos governantes seriam evitados e as liberdades individuais protegidas. Os membros dos três poderes deveriam ser eleitos pelo voto censitário, isto é, só votariam os cidadãos que tivessem uma renda e que pagassem impostos.

Rousseau (1712-1778), suíço de origem burguesa, identificou na propriedade privada a causa das injustiças, da corrupção, dos crimes e das guerras. Acreditava que leis justas poderiam diminuir os males decorrentes da propriedade privada. Em “O Contrato Social”, desenvolveu a idéia de que o soberano deveria governar segundo a vontade da maioria (democracia), atendendo ao bem comum (soberania do povo). Defendeu, também, o voto universal: o direito de todos ao voto, sem limitações econômicas.

Alguns pensadores iluministas refletiram sobre a vida econômica das nações. Na França, nasceu uma nova doutrina econômica, a fisiocracia, que criticava a intervenção do Estado na economia e defendia a agricultura como única atividade verdadeiramente produtiva. Para os fisiocratas, os produtos agrícolas deviam ter livre circulação e estar isentos de impostos e regulamentações (*laissez faire, laissez passer*).

Para o inglês Adam Smith (1723-1790), o trabalho consistia na verdadeira fonte de riquezas. Em sua obra “A riqueza das nações” defendeu a liberdade de trabalho e afirmou que todas as atividades econômicas eram importantes. Criticou o mercantilismo, pregando a liberdade econômica e a derrubada das regulamentações estatais. Acreditava que a economia era regulada por leis, como a lei da oferta e da procura, e pela livre concorrência. Adam Smith é considerado o fundador do liberalismo econômico.

O DESPOTISMO ESCLARECIDO: MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

No século XVIII, alguns países da Europa encontravam-se ainda sob o sistema feudal e procuravam, com a ajuda dos filósofos iluministas, alcançar os países mais desenvolvidos. Os projetos de modernização propostos pelos filósofos do Século das Luzes foram adotados por monarcas e dirigentes dessas regiões, que chegaram a nomear intelectuais como conselheiros reais. Por essa razão, tais monarcas foram chamados de déspotas esclarecidos, e seus governos, nos quais foram implementadas reformas econômicas e políticas, ficaram conhecidos como absolutismo ilustrado.

Para melhor compreender este fenômeno histórico, façamos um paralelo entre as monarquias absolutistas da Inglaterra e da França e as monarquias dos déspotas esclarecidos. As primeiras atingiram uma posição econômica e política predominante no cenário europeu, graças ao seu desenvolvimento histórico, com o poder real se firmando paulatinamente e promovendo a expansão de atividades econômicas modernas e dinâmicas que fortaleceram novas classes de mercadores e negociantes. Já as monarquias sob o chamado despotismo esclarecido foram resultadas de uma política reformista, com modificações impostas pelos monarcas aos seus súditos, numa desesperada tentativa de “queimar etapas” e alcançar as monarquias de países como a França e a Inglaterra. Países que passaram por essa experiência foram a Rússia, a Áustria, a Prússia, a Espanha e Portugal. Seus monarcas e classes dirigentes esperavam, com algumas medidas baseadas em teorias dos pensadores iluministas, resolverem o paradigma do “subdesenvolvimento”.

A maioria dos países eram, fundamentalmente, agrários, com uma população muito grande de servos. Este, pelo menos, era o caso do Império Russo e do Sacro Império, entre os séculos XVII e XVIII. A primeira tentativa de modernização da Rússia foi feita por Pedro I, o Grande (1682-1725), da dinastia dos Romanov. Esse tipo de modernização sem mudar a estrutura resultou em situações contraditórias. Por exemplo, seguidora de Pedro, Catarina, a Grande, tornou a lei de servidão ainda mais severa, buscando aumentar a produção. Uma contradição na política de

modernização.

Ao contrário, na Áustria, que fazia parte do Sacro Império, Jose II (1780-1790) extinguiu a servidão e realizou uma espécie de reforma agrária, além de decretar a liberdade de imprensa e a tolerância religiosa, a fim de submeter a Igreja Católica ao Estado.

A Prússia, que também era parte do Sacro Império, adquiriu certa autonomia em fins do século XVII e início do século XVIII. E foi Frederico II (1740-1786), chamado de “o rei filósofo”, que realizou importantes reformas. Amigo de Voltaire, incentivou a educação popular, abrindo escolas e tornando-as obrigatórias para todos, Aboliu a tortura e modificou a Justiça. Incentivou as manufaturas estatais e a industrialização, favorecendo também o comércio. Entretanto a estrutura social permaneceu a mesma: nobreza, burguesia, uma pequena classe operária e servos.

Na Espanha, o despotismo esclarecido esteve intimamente ligado ao nome do monarca Carlos III (1759-1788) e seus auxiliares, condes de Aranda e Floridablanca. O Exército e as universidades foram reorganizados. O governo controlou a Inquisição e expulsou os jesuítas, que tinham grande influência no Estado espanhol.

Em Portugal, o despotismo esclarecido foi marcado pela ascensão ao trono de José I (1750-1777), que se serviu dos préstimos do Marquês de Pombal, iluminista português. Pombal foi designado ministro de Estado e tomou uma série de medidas modernizadoras: fundou a Companhia Vinícola do Alto Douro, para romper o monopólio inglês; pelo mesmo motivo que o governo espanhol, expulsou os jesuítas de Portugal, rompendo com a Santa Sé.

É importante analisar com mais detalhes a política de Pombal, por dizer respeito diretamente à história do Brasil.

O Brasil na política de Pombal

Pombal criou companhias de comércio, esperando aumentar a produção geral da colônia.

O ministro de D. José I iniciou sua política reforçando o tráfico de escravos negros para regiões carentes de mão-de-obra. Incentivou, ao mesmo tempo, a produção do açúcar pernambucano, para fazer frente à crescente concorrência das Antilhas.

Foi no período de Pombal que se restaurou o poder das casas de fundição e foi instituída uma taxa anual de 100 arrobas de ouro, que a colônia era obrigada a pagar independentemente da quantidade de minério extraída.

Em 1763, Pombal transferiu a capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro. Um de seus objetivos tinha o caráter militar de aproximar a administração do local de conflito com os espanhóis: a Colônia do Sacramento, na região do rio da Prata. Porém a razão mais importante que levou o ministro a mudar a capital para o Rio foi a proximidade com o centro econômico, que era a região mineradora.

O SIGNIFICADO ILUMINISMO

A revolução intelectual fazia parte do processo de transformações por que passavam as sociedades européias e americanas.

Os pensadores do Iluminismo contribuíram para os fundamentos teóricos e práticos das revoluções que já estavam acontecendo ou iriam acontecer, como a Revolução Americana, que resultou na independência dos Estados Unidos, e a Revolução Francesa, que resultou na derrubada violenta do absolutismo e da nobreza e a implantação de um regime burguês naquele país e, logo depois, em toda a Europa.